

A inserção dos jovens no mercado de trabalho: uma análise para o Brasil entre 2012 e 2023 ¹

Carolina Guinesi Mattos Borges²
Tomás de Faria Balbino³
Mariangela Furlan Antigo⁴

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de analisar o mercado de trabalho de jovens brasileiros entre 18 e 29 anos a partir dos dados da PNAD Contínua Trimestral, no período de 2012 a 2023, por sexo e cor. Para tal, foram estimados modelos logit multinomiais para jovens do sexo masculino brancos e pretos e pardos e jovens do sexo feminino brancas e pretas e pardas buscando mensurar como a probabilidade de o jovem estar inserido em um trabalho decente ou precário, desocupado, na força de trabalho potencial ou na inatividade é afetada por fatores individuais, regionais e macroeconômicos. Os resultados destacam que jovens mulheres pretas e pardas são as mais vulneráveis no mercado de trabalho enquanto os homens brancos apresentam melhores resultados para todos os indicadores analisados. Ademais, as regiões Norte e Nordeste apresentaram jovens mais vulneráveis, portanto, oferecer oportunidades adequadas para esse grupo representa, por meio do aproveitamento do “bônus demográfico”, uma forma de redução de desigualdades e promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: jovens, subutilização da força de trabalho, inserção ocupacional.

Abstract

The aim of this study is to analyse the labour market for young Brazilians aged between 18 and 29 using data from the Continuous PNAD, from 2012 to 2023, by sex and colour. To this end, multinomial logit models were estimated for young white and black and brown males and young white and black and brown females in an attempt to measure how the probability of young people being in decent or precarious work, unemployed, in the potential labour force or in inactivity is affected by individual, regional and macroeconomic factors. The results show that young black and brown women are the most vulnerable in the labour market, while white men have better results for all the indicators analysed. Furthermore, the North and Northeast regions had the most vulnerable young people, so providing adequate opportunities for this group represents a way of reducing inequalities and promoting development by taking advantage of the "demographic bonus".

Key words: young people; underutilisation of the labour force; occupational insertion.

Classificação JEL: J11; J21; J24.

Área de submissão: 13 - Desigualdade, pobreza e políticas sociais

¹ Este estudo contou com o apoio financeiro da Fapemig (Edital 01/2018 – Demanda Universal, Processo APQ-02814-18).

² Doutoranda Department of Land Economy/University of Cambridge

³ Doutorando CEDEPLAR/UFMG

⁴ Docente FACE/CEDEPLAR/UFMG

1. Introdução

No Brasil, os jovens têm apresentado, persistentemente, resultados piores do que os adultos no mercado de trabalho. Observam-se resultados inferiores tanto no âmbito da empregabilidade, quanto nos salários e nas condições de trabalho impostas a esse grupo (CORSEUIL *et al.*, 2020). Ao analisarem o mercado de trabalho de uma forma comparativa das duas recessões recentes no Brasil (crise de 2015 e a pandemia da Covid-19), Corseuil *et al.* (2021) destacam que, segundo faixas etárias, os jovens foram a parcela da população mais afetada pelas crises. Isto é, o cenário do jovem já infesto, conforme apontado pela OIT (2021), é agravado pelo contexto de recessão do Brasil

O mesmo contexto é observado no âmbito internacional: no período pré-pandemia da Covid-19, já se mostrava preocupante um aumento da vulnerabilidade da população jovem no mercado de trabalho, sobretudo em países em desenvolvimento. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, a recessão gerada pela pandemia atingiu esse grupo de forma mais severa, alertando ao perigo de um “efeito cicatriz” geracional, em que jovens que já se encontravam fora do mercado e continuaram devido à pandemia tenham mais dificuldade de reentrar e sejam superados por coortes mais novas, originando uma disparidade permanente ao longo do tempo (OIT, 2021). Portanto, além das perdas oriundas das crises no mercado de trabalho, os jovens também enfrentam perdas oriundas dos impactos negativos da pandemia sobre a educação. A combinação desses fatores levanta a possibilidade de uma possível “geração perdida” de jovens.

Desse modo, o mercado de trabalho juvenil é uma importante dimensão para o estudo das dinâmicas demográficas. Diante da transição da estrutura etária observada no Brasil, com uma redução percentual dos grupos mais jovens e aumento percentual dos grupos mais velhos - fenômeno que se dá desde 1970 e deve perdurar até 2050 (CARVALHO *et al.*, 2005; CARVALHO *et al.*, 2008) -, o Brasil se encontra diante de uma janela de oportunidade, que é o bônus demográfico resultante das transições etárias. O bônus demográfico se dá, pois, no contexto de transição demográfica a razão de dependência⁵ diminui, o que permite o aumento de recursos para o investimento em setores públicos, como na educação básica. Com a redução percentual da população mais jovem, o gasto *per capita* com a educação tende a aumentar, o que gerará um maior retorno dos recursos investidos.

⁵ A razão de dependência representa a razão entre a população economicamente dependente (pessoas abaixo dos 15 anos e acima dos 59) e a população economicamente ativa (PEA).

No que tange o ciclo de vida, a transição para a vida adulta, especialmente a chamada transição dos estudos para o trabalho, é destacadamente importante para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, como consequência, para a alocação destes na sociedade. A inserção precária (ou até mesmo a não inserção) dos jovens no mercado de trabalho podem ocasionar perdas individuais e coletivas. Da perspectiva das perdas coletivas, salienta-se que uma má alocação da força de trabalho juvenil pode ocasionar a perda de produtividade e de capital (Matsumoto e Elder, 2010) que, por sua vez, resultam em menor desenvolvimento econômico futuro para o país. Já da perspectiva individual, uma má inserção no mercado de trabalho pode resultar em vulnerabilidades que vão além do âmbito profissional, alcançando outras dimensões que impactam no cotidiano.

Soma-se à dimensão temporal a relação entre população e meio ambiente, que agrega a dimensão de espaço presente nos processos sociais, também expressa no mercado de trabalho. Se do ponto de vista temporal a trajetória da população jovem será fundamental para os processos futuros, do ponto de vista espacial, a heterogeneidade e as desigualdades regionais do Brasil levantam questões sobre o mercado de trabalho. Quando se analisa indivíduos com os mesmos atributos físicos e econômicos, identifica-se uma remuneração diferente só por estarem localizados em regiões diferentes. Desse modo, juntamente às questões estruturais associadas à cor e gênero, o fator regional também é um condicionante das desigualdades observadas no mercado de trabalho brasileiro, fundamentando uma estrutura socioeconômica em que trabalhadores que vivem nas regiões Norte e Nordeste estão mais vulneráveis às crises do mercado de trabalho e as inseguranças ocupacionais associadas à pobreza e remuneração (Menezes e Dedecca, 2012).

Dessa forma, analisar a condição do jovem no mercado de trabalho, considerando as heterogeneidades regionais, nos permite observar que há um potencial de se aproveitar o bônus demográfico nas regiões em que o curso desse processo de redução da taxa de fecundidade foi mais tardio. Assim, regiões como o Norte e o Nordeste apresentam uma razão de dependência mais favorável a um bônus demográfico regional que poderia mitigar os efeitos das crises recentes observadas no país. Além disso, ao pensarmos no planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico, se atentando para as dimensões de tempo e espaço, a relação entre população e meio-ambiente é central (MARTINE, 1991), o que faz com que o estudo do mercado de trabalho jovem, a partir das características regionais, seja um indicador do potencial ecológico presente na janela de oportunidades gerada pelo bônus demográfico.

Portanto, o presente trabalho objetiva analisar características do mercado de trabalho do jovem no Brasil, levando em conta dimensões de tempo e espaço. Com isso, pretende-se jogar luz às desigualdades e potencialidades presentes na relação entre a juventude e o mercado de trabalho brasileiro, atentando-se para as mudanças temporais e padrões espaciais observados na última década.

2. Revisão bibliográfica

Uma parte da literatura busca entender a inserção e a alocação dos jovens nos diversos estados que compõem o mercado de trabalho. Isso inclui, por exemplo, a análise da duração do desemprego juvenil e os tipos de ocupação que predominam na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nessa linha, Pereira, Orellana e Aragón (2019) utilizam modelos paramétricos e não paramétricos para analisar quais são os determinantes da duração do desemprego e na transição para o emprego ou para a inatividade dos jovens de 16 a 29 anos no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018. De modo geral, os adultos possuem maior probabilidade de transitar do desemprego para o emprego do que os jovens. Nesse mesmo contexto, Reis (2015) ao investigar os fatores associados à probabilidade de transição do desemprego para o primeiro emprego dos jovens utilizando os dados da PME entre 2006 e 2012, encontra que adultos possuem 70% mais chance de sair do desemprego do que jovens que nunca trabalharam. Além disso, ao analisar a qualidade do emprego obtido, Reis (2015) encontra que tanto os jovens que nunca trabalharam, quanto os que estiveram inseridos no mercado de trabalho previamente, possuem maiores chances de estarem em empregos informais. É importante destacar, no entanto, que há disparidades socioeconômicas no grupo dos jovens. Por um lado, indivíduos mais escolarizados (com ensino superior e pós-graduação), com 19 anos ou mais, chefes de domicílios, cônjuges e indivíduos pertencentes a domicílios com maior número de crianças apresentam maiores chances de conseguir um emprego. Por outro lado, mulheres, indivíduos com ensino fundamental ou médio incompleto e pertencentes a domicílios com um menor número de trabalhadores apresentam maiores probabilidades de transitar para a inatividade (PEREIRA, ORELLANA E ARAGÓN, 2019).

As teorias de informação assimétrica também buscam explicar o mercado de trabalho, dado que a ausência ou a menor sinalização de informação produtiva (a assimetria de informação) influencia a decisão do empregador na hora da contratação. Reis e Camargo (2005) propõem a hipótese de que os elevados níveis de desemprego entre os jovens e trabalhadores

semi-qualificados no Brasil decorrem justamente da assimetria de informação presente. Assim, os jovens possuem uma desvantagem em relação aos demais grupos etários, uma vez que é mais difícil determinar o nível de produtividade dos indivíduos com pouca ou, muitas vezes, nenhuma experiência no mercado de trabalho, culminando em taxas de desocupação mais elevadas. Além disso, grupos com níveis de escolaridade média, ou semi-qualificados, também são mais afetados pela assimetria de informação no mercado de trabalho do que os grupos com demais níveis de escolaridade. Isso decorre do fato de que, enquanto os trabalhadores não qualificados são um grupo homogêneo com produtividade relativamente baixa e os trabalhadores qualificados sinalizam através da escolaridade e da instituição frequentada sua produtividade, os semi-qualificados têm dificuldade em sinalizar aos empregadores a sua real produtividade e a informação disponível acerca desse grupo é mais difícil de ser obtida. Os autores confirmam a hipótese teórica através das evidências empíricas obtidas com o uso da PNAD de 1999 para calcular medidas de desigualdade dos rendimentos para diferentes faixas etárias e para diferentes grupos de qualificação. Os jovens e os trabalhadores semi-qualificados estão mais suscetíveis a maiores taxas de desemprego e maior dispersão de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro (REIS E CAMARGO, 2005).

Dentre os fatores que influenciam a parcela de jovens ocupados, Corseuil e França (2015) colocam que dois merecem destaque: as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou seja, a dificuldade em conseguir uma ocupação; e o grau de interesse do jovem em ingressar no mercado de trabalho. Nesse prisma, o grau de interesse de ingresso no mercado de trabalho está diretamente associado com a possibilidade de permanecer estudando, dado que estudo e trabalho “concorrem” na escolha de alocação do tempo dos jovens. Nessa ótica, diversos estudos analisam a probabilidade de alocação do tempo dos jovens, com um enfoque na transição para a vida adulta e naqueles que não estudam e não trabalham (conhecidos como nem-nem). Camarano (2006) utiliza os microdados do censo demográfico entre 1980 e 2000 para estimar a probabilidade de o jovem, entre 15 e 29 anos, não trabalhar e não estudar. Os resultados demonstram que a educação diminui a probabilidade de um indivíduo se tornar nem-nem. Corroborando com estes resultados, Menezes-Filho, Cabanas e Komatsu (2013) apontam que os jovens que não completaram o ensino médio possuem maiores probabilidades, tanto de serem nem-nem, quanto de ficarem nesta posição por mais tempo nos biênios de 2003/2004 e 2010/2011. Com os dados da PME, autores mostraram através de matrizes de transição que o tempo médio em que os jovens se encontravam como “jovens nem-nem” aumentou substancialmente para homens e mulheres ao longo dos anos.

Os fatores domiciliares também são determinantes nas probabilidades dos jovens não se encontrarem nem trabalhando, nem estudando. Domicílios que apresentam jovens nesta posição tendem a possuir menores níveis de renda (CAMARANO, 2006). Os resultados de Cabanas, Komatsu e Menezes-Filho (2015), obtidos através de um modelo multinomial para o status dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos, entre 1992 e 2012, também indicam que o aumento no nível da renda domiciliar reduz o custo de oportunidade de o jovem apenas estudar. Além disso, a presença de idosos e crianças no domicílio também impactam positivamente esta probabilidade (MENEZES-FILHO, CABANAS e KOMATSU, 2013). Nesse prisma, Vieira *et al.* (2016) buscam entender como as características socioeconômicas (renda e trabalho) dos pais afetam a decisão dos jovens que vivem com a mãe e/ou com o pai entre trabalhar e estudar com os dados da PNAD entre 1992 e 2013. Os resultados corroboram com os estudos previamente citados e demonstram que a probabilidade de o jovem estudar ou ofertar trabalho aumenta com a presença de um adulto no domicílio e diminui com a presença de idosos ou crianças. Além disso, a probabilidade do jovem ser nem-nem ou somente participar da população economicamente ativa diminui quando os pais se encontram ocupados e quando se observa um aumento na renda dos mesmos. Contudo, a renda da mãe resulta em efeitos mais positivos na probabilidade de o jovem somente estudar do que a renda do pai.

Por fim, a experiência dos jovens no mercado de trabalho pode influenciar a experiência futura (experiência durante a vida adulta) no mercado de trabalho. Desta forma, o efeito do desemprego sobre a empregabilidade futura, isto é, o efeito cicatriz, é um fator de extrema relevância quando analisa-se a inserção dos jovens no mercado de trabalho, pois esse fenômeno pode ocasionar tanto perdas individuais quanto perdas coletivas (má aproveitamento da força de trabalho e perda de ganhos de produtividade e de capital que resultam em menor desenvolvimento econômico). Cruces *et al.* (2012) estudam como o desemprego e a informalidade durante a juventude se relacionam com a informalidade e o desemprego e a hora de salário na vida adulta no mercado de trabalho brasileiro através de um pseudo-painel para onze coortes utilizando a PNAD entre 1981 e 2009. Observa-se um efeito cicatriz no mercado de trabalho: informalidade e desemprego juvenil ocasionam piores rendimentos do trabalho e mais dificuldade em encontrar emprego durante a vida adulta, sendo que esse efeito é mais intenso nos primeiros anos de inserção profissional (Cruces *et al.*, 2012). Um outro aspecto interessante é a diferença na penalidade dos salários e na empregabilidade resultante de diferentes níveis de qualificação. Jovens com menores níveis de qualificação possuem um efeito mais perverso de perdas salariais e maior duração do efeito cicatriz sob a inserção profissional

no mercado de trabalho (CRUCES *et al.*, 2012). De maneira correlata, Cacciamali e Tatei (2017) analisaram os efeitos da desocupação e da informalidade entre jovens de 15 a 29 anos cujas famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família, focando nos rendimentos do trabalho e nas chances de ocupação adulta. Para isto, os autores criaram um pseudo painel utilizando dados da PNAD de 2003 a 2012. Os resultados indicam que a informalidade e a desocupação juvenil impactam negativamente a empregabilidade e os rendimentos futuros (Cacciamali e Tatei, 2017). É interessante destacar a relação positiva entre escolaridade e ocupação: um ano a mais de estudo ocasiona um aumento na taxa de ocupação adulta de 4,25%, ampliando, portanto, as oportunidades de inserção no mercado de trabalho brasileiro (Cacciamali e Tatei, 2017).

Um outro aspecto importante é o contexto no qual a população jovem está inserida no mercado de trabalho, tendo em vista a variabilidade e a mobilidade da população nessa faixa etária e a heterogeneidade do território brasileiro. O Brasil ainda vivencia um período de bônus demográfico⁶, em que a estrutura etária do país favorece o crescimento econômico a medida em que pode ocorrer aumento das receitas e redução dos gastos públicos, resultando em aumento da poupança, que pode ser utilizada como investimento e políticas públicas que intensifiquem o aproveitamento dessa “janela de oportunidade” (CARVALHO *et al.*, 2005; CARVALHO *et al.*, 2008).

Por outro lado, a redução da razão de dependência apenas se transforma em ganhos sociais e econômicos por meio de uma alocação eficiente do potencial produtivo. No contexto brasileiro, sobretudo a partir do quadro de recessão econômica desde meados de 2014, esse aproveitamento do potencial bônus demográfico não tem ocorrido, diante das altas taxas de desemprego. A partir de estudos demográficos recentes, o período de bônus poderia se estender até 2037, porém, agravado pelo contexto de recessão e pela pandemia da Covid-19, há indícios ainda maiores de que pode ocorrer um fim precoce desse período de bônus demográfico (ALVES, 2020).

Outro contexto facilitador para o fim do bônus demográfico é a violência e a criminalidade em que os jovens são centrais nesse cenário, no papel de vítima e perpetrador. Segundo o Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2021) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 51,3% das vítimas dos homicídios que ocorreram no Brasil em 2019 são jovens entre 15 e 29 anos. Ao analisar a relação entre demografia e homicídios, Cerqueira e Moura (2014B) verificaram que o aumento em 1% na proporção de homens jovens (15 a 29 anos) tem o

⁶ Carvalho *et al.* (2005) e Carvalho *et al.* (2008) estimam que o bônus deve perdurar até 2050.

potencial de aumentar 2% na taxa de homicídio. Segundo Cerqueira e Moura (2014A; 2019), esse contexto está diretamente ligado a altas taxas de desemprego e rotatividade no mercado de trabalho. Portanto, a redução da vulnerabilidade do jovem no mercado de trabalho pode favorecer o aproveitamento do bônus demográfico por meio de duas vias: aumentando a produtividade dessa parcela da população e reduzindo as perdas geradas por homicídios e criminalidade.

Ainda no contexto de transição da estrutura etária do Brasil, a heterogeneidade econômica e os diferentes ritmos de desenvolvimento das regiões apontam para uma transição heterogênea no tempo e no espaço. Nesse prisma, as diferentes regiões brasileiras apresentaram diferentes processos de queda de fecundidade: as regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e o Sul, começaram a ter uma redução na fecundidade em 1930/1940, ao passo que regiões como Norte e Nordeste apresentaram aumento da fecundidade até o início da década de 1960 (FRIAS E OLIVEIRA, 1991; GONÇALVES *et al.*, 2019). Frias e Oliveira (1991) colocam que a partir da década de 1960, todas as regiões começaram a apresentar declínio nas taxas de fecundidade. Ainda que a diferença regional da redução das taxas de fecundidades tenha diminuído, pode-se dizer que essas diferenças também ocasionam diferentes momentos de bônus demográfico.

As diferenças regionais observadas a partir dos indicadores demográficos refletem as desigualdades resultantes da formação social e regional do território brasileiro, tal como descreve Furtado (1977). Considerando que a distribuição populacional tende a acompanhar a distribuição econômica no espaço, a concentração regional brasileira, oriunda das atividades econômicas industriais, gerou desequilíbrios socioeconômicos, fazendo das grandes metrópoles e cidades brasileiras o principal destino das migrações, sendo a concentração urbana a grande definidora da distribuição espacial da população. É um processo que reflete a concentração das atividades econômicas industriais do país, que apesar de passarem por um processo de desconcentração na década de 1970, mantêm-se na região Sudeste-Sul do Brasil (DINIZ, 1993).

Analisar o mercado de trabalho por essa dimensão espaço-temporal é importante, tendo em vista que nossas desigualdades sociais e regionais estão imbricadas em uma formação socioeconômica excludente e concentradora. Dessa forma, estrutura-se uma sociedade desigual em que o ônus da desigualdade recai sobre a população negra, feminina, rural - dentre outros grupos minoritários -, localizados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, e, no âmbito do mercado de trabalho, também alcança a população jovem, o que se intensifica em situações de crise econômica, como no caso da gerada pela Covid-19 (NERI, 2021).

Neste contexto, a desigualdade regional se apresenta como mais uma camada caracterizadora das desigualdades brasileiras, que do ponto de vista demográfico, diz muito sobre a relação entre população e meio ambiente (MARTINE, 1991). Como apresenta Martine (1991), a relação entre população e meio ambiente, anteriormente fundamentada em uma visão neomalthusiana de controle populacional para a resolução das questões ambientais, passa a ter no processo de redistribuição espacial - tanto das atividades econômicas como da população -, uma dimensão muito mais concreta para a resolução dessas questões, a partir das mudanças na forma de utilização dos recursos. Diante das diferentes formas de interação entre as variáveis demográficas e ecológicas, como também das especificidades regionais do país, joga-se luz à necessidade de analisar a relação população-ambiente em contextos que sejam mais amplos, porém, mais desagregados (MARTINE, 1991).

Desse modo, a condição dos jovens no mercado de trabalho torna-se ainda mais relevante, uma vez que por trás das diferenças regionais está a diversidade de cada região. No caso das regiões Norte e Nordeste, a diversidade regional é composta por territórios, práticas e saberes com forte potencial para impulsionar uma trajetória de desenvolvimento sustentável e incluyente. Assim, o bônus demográfico se associa à crescente necessidade de criar empregos decentes voltados à recuperação e manutenção da biodiversidade, como também à garantia de serviços básicos que sejam ambientalmente sustentáveis, como o saneamento básico, gargalo social que impacta ainda mais as regiões do norte do país.

3. Metodologia

A base de dados utilizada neste trabalho é a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral (PNADC/T), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de 2012 a 2023. Uma das principais vantagens do banco de dados gerado por essa pesquisa é a possibilidade de se fazer o acompanhamento do indivíduo ao longo do tempo, por um período de até um ano. Para fins deste trabalho, considerou-se o painel formado pela primeira e pela segunda entrevista dos dados da PNADC/T, possibilitando acompanhar os indivíduos por um trimestre. Para o pareamento das entrevistas foram consideradas as seguintes variáveis da PNAD Contínua: Unidade da Federação (UF), Unidade Primária de Amostragem (UPA), Estrato, Número do Domicílio, Painel, Sexo, Ano de Nascimento, Mês de Nascimento e Dia da Nascimento. Foram pareadas em torno de 75% das observações entre as duas entrevistas no período.

A análise é realizada para jovens de 18 a 29 anos no Brasil e abarca a subutilização da força de trabalho constituída pelos seguintes indicadores: subocupação por horas trabalhadas, pessoas desocupadas, e, força de trabalho potencial. Como complemento, considera-se a inserção ocupacional dos jovens em um trabalho decente ou precário. O trabalho decente é definido pelos jovens com carteira de trabalho assinada e empregadores e trabalhadores por conta-própria que contribuem para a previdência. Por sua vez, o trabalho precário é dado pelos jovens sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por conta-própria que não contribuem para a previdência, trabalhadores auxiliares e por aqueles que estão subocupados por horas trabalhadas.

A metodologia adotada baseia-se em uma análise econométrica multivariada, através da estimativa de modelos Logit Multinomiais com dados empilhados para todo o período. Com esse modelo é possível entender como mudanças nas variáveis individuais, regionais e conjunturais afetam a probabilidade de o jovem encontrar-se em um trabalho decente, no trabalho precário, desocupado, na força de trabalho potencial ou na inatividade na segunda entrevista (t=1).

As variáveis explicativas de controle consideradas com relação às características individuais são condição no domicílio, idade, escolaridade (fundamental incompleto, fundamental completo/médio incompleto, médio completo, e, superior incompleto/completo), além de estar estudando ou não. Ademais, no intuito de captar os efeitos regionais, utilizou-se dummies para as grandes regiões do país, além de área urbana/rural e região metropolitana/restante da unidade federativa. Em adição, para obter os efeitos macroeconômicos ao longo do período empregou-se dummies anuais. Por fim, buscando analisar uma possível mobilidade entre os estados do mercado de trabalho ou a permanência em determinado estado, considerou-se também a condição no mercado de trabalho na primeira entrevista (t=0) como variável explicativa e, ainda, um termo de erro estocástico.

O modelo logit multinomial estimado é dado por:

$$\text{Condição no mercado de trabalho}_{t=1} = B_0 + \beta_1 \text{Condição no mercado de trabalho}_{t=0} + \beta_2 \text{condição no domicílio} + \beta_3 \text{idade} + \beta_4 \text{escolaridade} + \beta_5 \text{estudo} + \beta_6 \text{ grande região} + \beta_7 \text{área urbana} + \beta_8 \text{região metropolitana} + \beta_9 \text{ano} + u_{it}$$

A condição no mercado de trabalho assume cinco categorias tanto na segunda quanto na primeira entrevista, a saber, trabalho decente, trabalho precário, desocupação, força de

trabalho potencial e restante dos inativos. Os modelos foram estimados separadamente para homens brancos, homens pretos e pardos, mulheres brancas e mulheres pretas e pardas⁷.

Em adição, estima-se também um modelo considerando a interseccionalidade de sexo e cor como variável independente, além das demais supracitadas, buscando mensurar o efeito intragrupo na probabilidade de o jovem encontrar-se em um trabalho decente, no trabalho precário, desocupado, na força de trabalho potencial ou na inatividade⁸. Nesse caso, o modelo estimado é dado por:

$$\text{Condição no mercado de trabalho}_{t=1} = B_0 + \beta_1 \text{Condição no mercado de trabalho}_{t=0} + \beta_2 \text{condição no domicílio} + \beta_3 \text{idade} + \beta_4 \text{escolaridade} + \beta_5 \text{estudo} + \beta_6 \text{ grande região} + \beta_7 \text{área urbana} + \beta_8 \text{região metropolitana} + \beta_9 \text{ano} + \beta_9 \text{sexo*cor} + \varepsilon_{it}$$

O Quadro 1 apresenta uma descrição das variáveis empregadas no modelo.

Quadro 1: Definição das variáveis do modelo de probabilidade

Variável	Definição
Condição no mercado de trabalho _{t=0}	Conjunto de dummies para a condição do mercado de trabalho do jovem na primeira entrevista.
Condição no domicílio	Dummy de valor 1 para a pessoa de referência do domicílio e 0 em caso contrário.
Idade	Conjunto de dummies para cada idade (18, 19, (...), 29 anos).
Escolaridade	Dummies para o nível de escolaridade (fundamental incompleto; fundamental completo; médio completo; e superior completo).
Estudo	Dummy de valor 1 se o jovem esta estudando e 0 em caso contrário.
Grande região	Conjunto de dummies para as regiões do país (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste).
Área urbana	Dummy de valor 1 para residentes em áreas urbanas e zero em caso contrário.
Região metropolitana	Dummy de valor 1 para residentes em regiões metropolitanas e zero em caso contrário.
Ano	Conjunto de dummies para os anos da amostra (2012, (...), 2023).
Interseccionalidade de sexo e cor	Conjunto de dummies para sexo e cor (homens brancos, homens pretos e pardos, mulheres brancas e mulheres pretas e pardas).

Fonte: Elaboração própria.

4. Resultados

A Figura 1 apresenta seis gráficos referentes à dinâmica do mercado de trabalho para os jovens de 18 a 29 anos por sexo e cor. Jovens de ambos os sexos sofreram efeitos similares ao longo do tempo, tanto a crise econômica que se iniciou em 2015, quanto o agravamento da

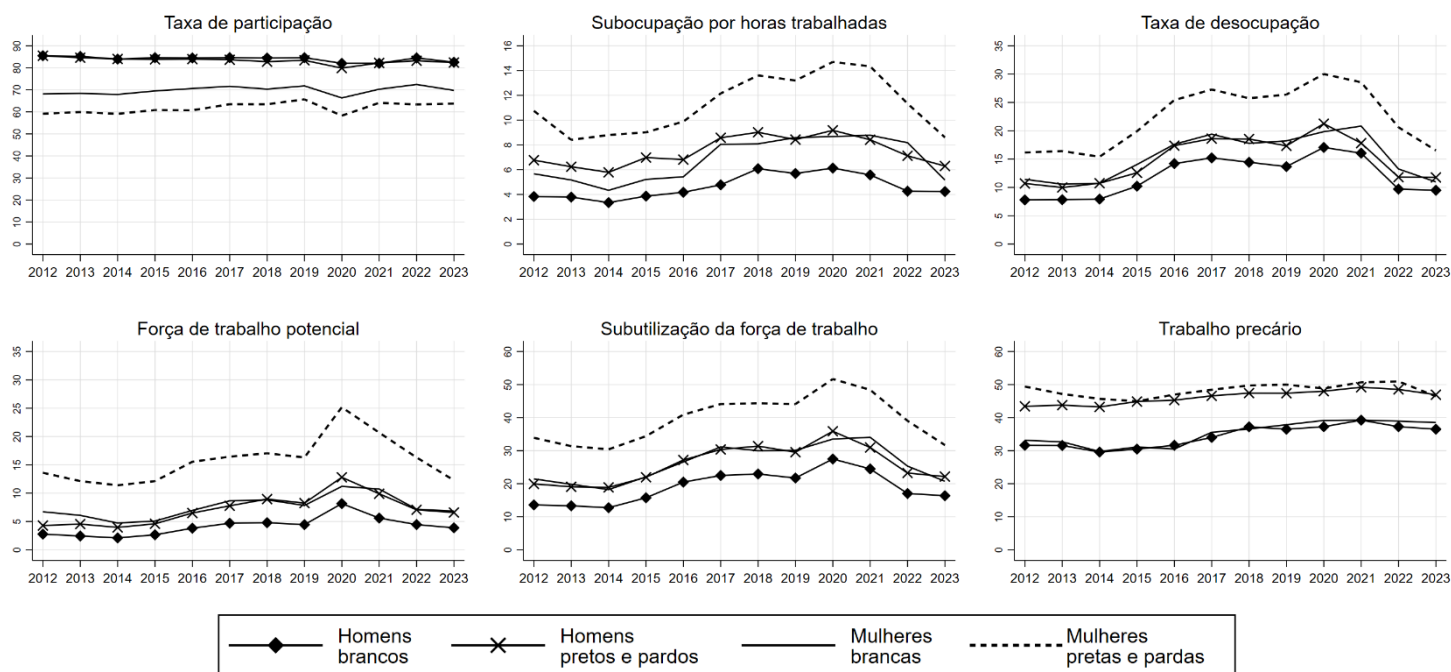
⁷ Define-se como categoria base trabalho decente na segunda entrevista. As categorias de referência das variáveis explicativas do modelo são: trabalho decente na primeira entrevista, pessoas que não são responsáveis pelo domicílio, com 18 anos de idade, com ensino superior completo, que não estão estudando, e que residem em área rural, na região sudeste, fora da região metropolitana e o ano de 2012.

⁸ Para o segundo modelo, considera-se também como categoria base homens brancos.

recessão devido à pandemia teve um efeito consideravelmente negativo para ambos os jovens, com aumento da probabilidade de estarem na desocupação, na subocupação por horas trabalhadas, na inatividade e na força de trabalho potencial, além de uma maior inserção no trabalho precário.

A despeito da conjuntura econômica, diferenças são percebidas ao se considerar os jovens por sexo e por cor. A taxa de participação no mercado de trabalho é superior para os homens, independente da cor. Analisando as taxas de desocupação, a subocupação por horas trabalhadas, além da força de trabalho potencial e da subutilização da força de trabalho, percebe-se um padrão associado ao sexo e à cor. Mulheres pretas e pardas apresentam os maiores percentuais para estes indicadores enquanto homens brancos se sobressaem pelos menores níveis. Por sua vez, jovens pretos e pardos apresentam resultados mais próximos às mulheres brancas. Em adição, ao considerar a inserção em um trabalho precário dos jovens ocupados, a cor se mostra mais determinante do que o sexo.

Figura 1 – Indicadores do mercado de trabalho, jovens por sexo e cor, Brasil, 2012-2023



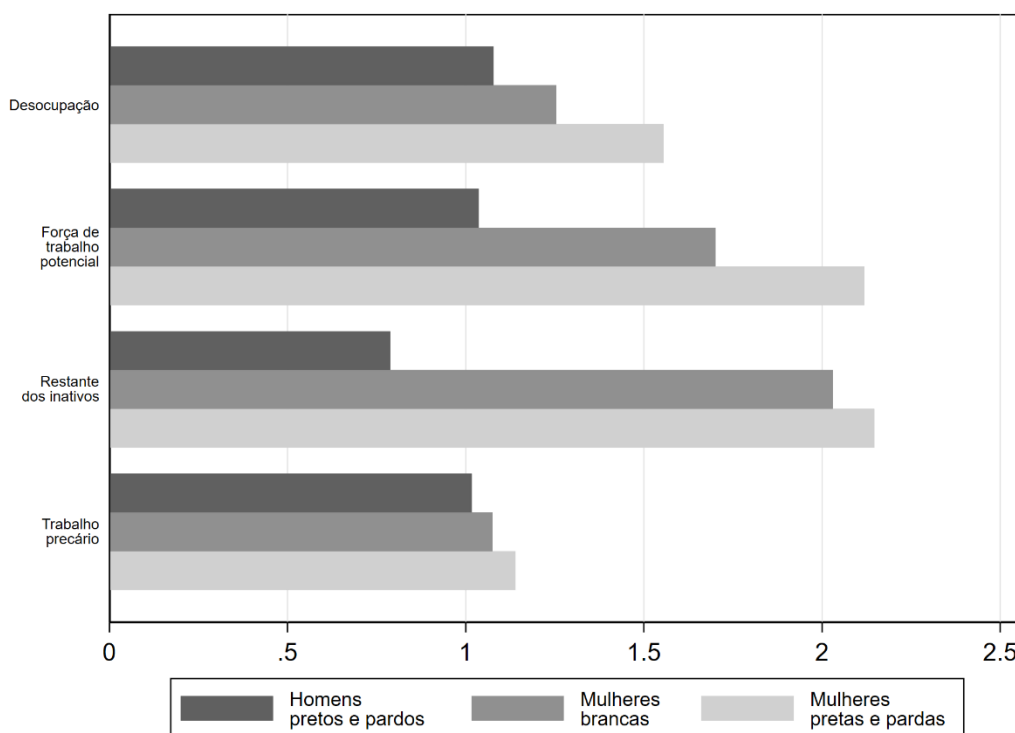
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T.

A razão de chance das dummies de sexo e cor da estimativa da probabilidade de o jovem estar inserido em um trabalho decente ou precário, estar na desocupação, na força de trabalho potencial ou na inatividade é mostrada na figura 2⁹.

⁹ As estimativas completas estão disponíveis mediante solicitação aos autores.

A probabilidade das jovens pretas e pardas estarem em um trabalho precário, na desocupação, na força de trabalho potencial ou na inatividade do que em um trabalho decente é muito mais expressiva do que para os homens pretos e pardos e mulheres brancas se comparado aos homens brancos. Tais resultados dão sequência aos previamente obtidos por Huneus et al., (2015) para o mercado de trabalho brasileiro, no qual os homens possuem melhor qualidade de emprego do que as mulheres, e os brancos, melhor qualidade de emprego do que os não brancos. Os resultados de sexo e cor são ainda mais acentuados para a força de trabalho potencial e para a inatividade. As mulheres brancas também apresentam elevada probabilidade, mas menos expressiva do que as mulheres pretas e pardas. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro conflui com o relatório da OIT (2011), que aponta que, no geral, mulheres são mais afetadas pelo trabalho precário do que os homens. Além disso, à luz dos resultados obtidos, torna-se evidente que os resultados são intensificados pela cor.

Figura 2 – Razão de chance das dummies de sexo e cor, Brasil, 2012-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T.

A Tabela 1 apresenta as razões de chance para cada estado do mercado de trabalho na segunda entrevista considerando a situação em que os jovens se encontravam na primeira entrevista, tendo como referência a inserção em um trabalho decente, por sexo e por cor¹⁰. Pela

¹⁰ As estimativas completas estão disponíveis mediante solicitação aos autores.

leitura da tabela, apreende-se que a imobilidade entre os estados é muito expressiva, dada as maiores razões de chance de os jovens continuarem no mesmo estado em que se encontravam na primeira entrevista, sobretudo, para aqueles que estavam na força de trabalho potencial e na inatividade e para jovens do sexo feminino. As jovens pretas e pardas se destacam pelas maiores razões de chance independente do estado considerado, o que indica a maior dependência temporal da situação passada, dificultando a inserção em um trabalho decente.

Isso pode resultar do fato de que os inativos estão apenas marginalmente associados ao mercado de trabalho, apresentando maiores dificuldades de transição para os outros estados do mercado de trabalho. Além disso, o resultado de que as mulheres apresentam maiores probabilidades de permanecer na inatividade do que os homens vai ao encontro de Pereira, Orellana e Aragón (2019), que também apontam que as mulheres apresentam maiores probabilidades de transitar para a inatividade do que os homens.

Tabela 1 - Razão de chance para cada estado do mercado de trabalho por sexo e cor dos jovens, Brasil, 2012-2023

Referência: trabalho decente	trabalho precário (t=1)	desocupação (t=1)	força de trabalho potencial (t=1)	restante dos inativos (t=1)
homens brancos				
trabalho precário (t=0)	39,75	11,38	15,06	11,02
desocupação (t=0)	15,71	103,88	54,83	34,95
força de trabalho potencial (t=0)	24,25	84,73	305,52	118,48
restante dos inativos (t=0)	17,05	46,02	84,98	373,51
homens pretos e pardos				
trabalho precário (t=0)	45,72	13,15	15,51	10,74
desocupação (t=0)	17,39	82,56	41,83	28,18
força de trabalho potencial (t=0)	31,67	68,58	232,18	80,61
restante dos inativos (t=0)	21,67	44,14	80,58	306,80
mulheres brancas				
trabalho precário (t=0)	42,32	10,64	16,55	12,33
desocupação (t=0)	14,72	120,78	69,50	36,92
força de trabalho potencial (t=0)	32,67	121,32	504,66	145,20
restante dos inativos (t=0)	22,70	61,30	144,52	414,16
mulheres pretas e pardas				
trabalho precário (t=0)	54,76	15,39	20,88	17,00
desocupação (t=0)	19,74	129,24	65,89	41,48
força de trabalho potencial (t=0)	39,11	119,00	443,15	172,40
restante dos inativos (t=0)	30,15	68,71	140,67	425,40

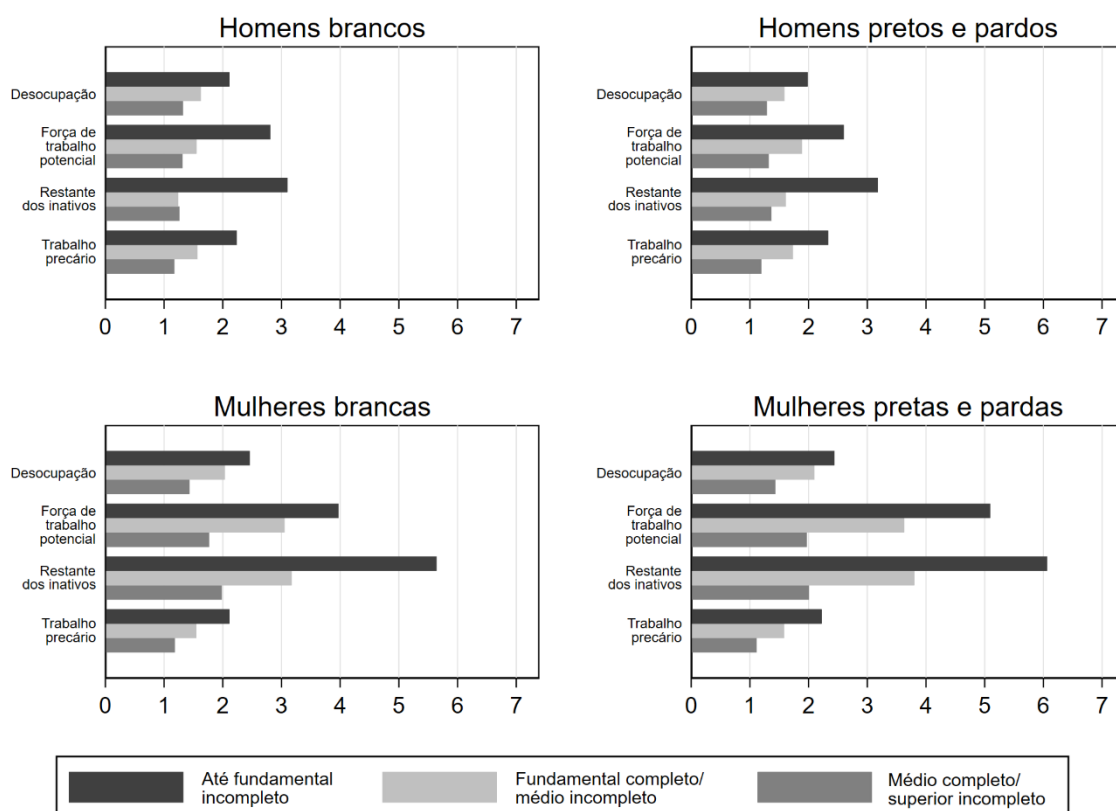
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T.

A Figura 3 apresenta os efeitos marginais para cada estado do mercado de trabalho em relação ao trabalho decente de acordo com a escolaridade, tomando como referência possuir

ensino superior completo. Os resultados apontam que jovens com até ensino fundamental incompleto apresentam maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. Esse resultado é mais exacerbado ao considerar as mulheres, independente da cor, sobretudo, para a probabilidade de inserção na força de trabalho potencial e na inatividade. Pode-se destacar que, como apontado por Barros (2021), as perdas de um jovem ter o direito à educação violado são permanentes ao longo da vida desse jovem e para a sociedade, visto que jovens menos escolarizados possuem, significativamente, maior probabilidade de estar fora da força de trabalho ou se inserção em um trabalho precário.

Maior escolaridade contribui para menor probabilidade de desocupação, força de trabalho potencial e inatividade para os jovens de forma geral. Os resultados encontrados para desocupação e ocupação estão de acordo ao observado por Pereira, Orellana e Aragón (2019) e por Cacciamali e Tatei (2017) de que indivíduos mais escolarizados possuem maior probabilidade de estarem ocupados.

Figura 3 - Razão de chance das dummies de escolaridade para cada estado do mercado de trabalho por sexo e cor dos jovens, Brasil, 2012-2023

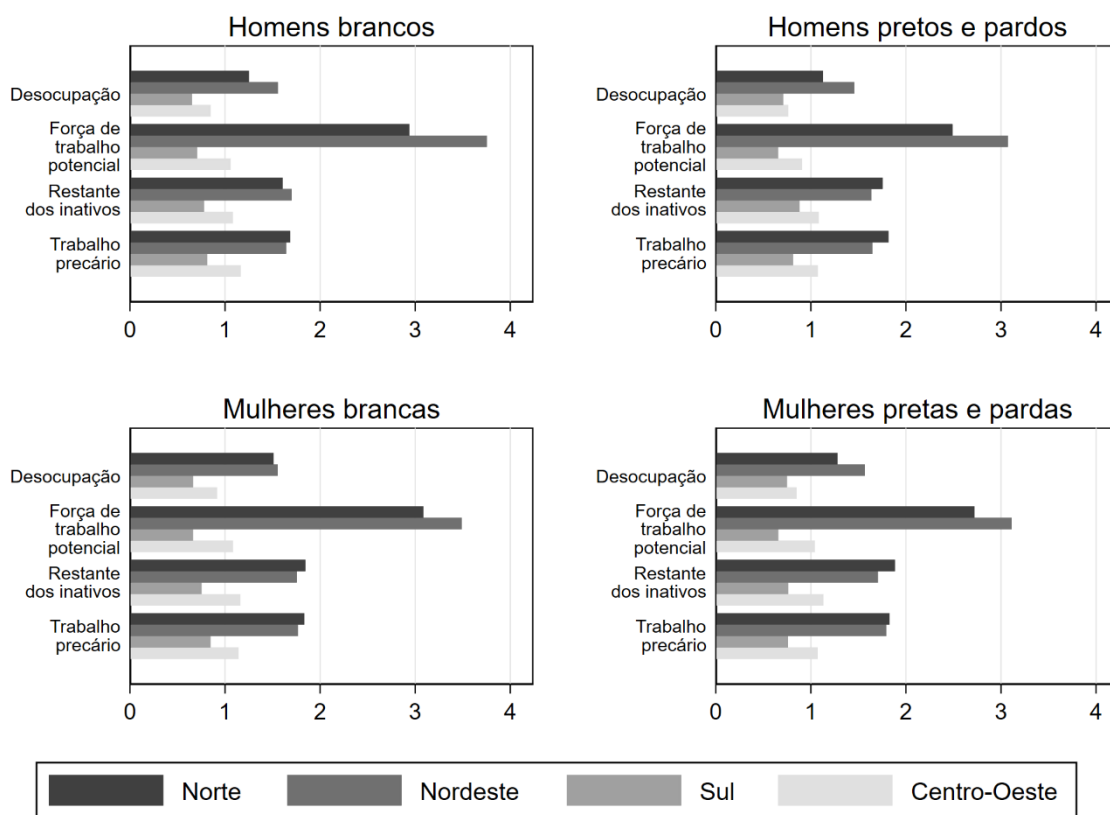


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

A Figura 4 apresenta como a vulnerabilidade do jovem no mercado de trabalho se expressa entre as regiões do Brasil. O mercado de trabalho é um bom sintetizador das discrepâncias socioeconômicas que estruturam a sociedade e a economia brasileira. Uma primeira análise dos atributos regionais pode ser feita a partir dos resultados de trabalho precário e desocupação, dados que trazem uma boa representação sobre o mercado de trabalho jovem entre regiões. Nota-se que, em ambos os sexos, independente da cor, as regiões Norte e Nordeste apresentam maiores probabilidades de inserção em um trabalho precário e de desocupação com relação a estar em um trabalho decente, quando comparadas com a região Sudeste. A inserção em um trabalho precário é uma realidade mais expressiva entre os jovens da região Nordeste e Norte, uma vez que, encontrando barreiras à entrada no mercado, se sujeitam a uma ocupação precarizada que pode ser insuficiente para garantir uma renda que lhe dê acesso às condições mínimas de sobrevivência. Esses resultados expressam a persistência da histórica desigualdade regional do território brasileiro (FURTADO, 1977) e confluem com os resultados prévios da literatura de que as regiões Norte e Nordeste são mais afetadas pela informalidade e insegurança do trabalho (ver Menezes e Deddeca (2012), por exemplo).

Em adição, os jovens da região Nordeste apresentam as maiores chances de estarem na força de trabalho potencial, junto aos da região Norte, sendo esse resultado o mais expressivo, além de estarem na inatividade. Se, por um lado, essas localidades apresentam altas taxas de subutilização da força de trabalho, são também essas regiões que possuem maior número de jovens e, portanto, apresentam a possibilidade de aproveitamento da janela de oportunidade fornecida pelo bônus demográfico regional. Dessa forma, há uma oportunidade dupla de crescimento econômico nessas regiões se houver investimento nos jovens e nos postos de trabalho.

Figura 4 - Razão de chance das dummies de grandes regiões para cada estado do mercado de trabalho por sexo e cor dos jovens, Brasil, 2012-2023



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da PNAD/T.

Somando-se a isso, os resultados da força de trabalho potencial permitem fazer relevantes análises do ponto de vista demográfico nas relações entre meio ambiente e população (MARTINE, 1991). Esse indicador contribui para o olhar do planejamento diante do bônus demográfico, vinculando as dimensões espaço e tempo, tendo em vista que joga luz a uma população jovem “ociosa”, mas com potencial de ingressarem na força de trabalho. Como se percebe, a probabilidade de o jovem estar na força de trabalho potencial é relativamente maior nas regiões Norte e Nordeste. Nessas regiões, os resultados mostram que, entre os que não estão ocupados, a maior probabilidade é de que estejam na força de trabalho potencial. Portanto, a janela de oportunidades associada à crescente necessidade de criar empregos decentes, encontra nas regiões Nordeste e Norte uma força de trabalho potencial para esses empregos. Soma-se a isso a demanda por processos econômicos que sejam ambientalmente sustentáveis, com potencial de conservação da biodiversidade, o que, como visto, encontram um campo fértil nessas regiões que possuem uma juventude mais vulnerável ao mercado de trabalho.

5. Considerações finais

Este artigo busca analisar o mercado de trabalho de jovens brasileiros entre 18 e 29 anos a partir dos dados da PNAD Contínua Trimestral, no período de 2012 a 2023, por sexo e cor. Para tal, foram estimados modelos logit multinomiais para jovens do sexo masculino brancos e pretos e pardos e jovens do sexo feminino brancas e pretas e pardas buscando mensurar como a probabilidade de o jovem estar inserido em um trabalho decente ou precário, desocupado, na força de trabalho potencial ou na inatividade é afetada por fatores individuais, regionais e macroeconômicos.

Os resultados apontam para um mercado de trabalho juvenil estruturalmente desigual, além de corroborar com os estudos que mostram o jovem em uma situação crítica diante das crises econômicas e da difícil entrada no mercado de trabalho (CORSEUIL *et al.*, 2020, 2021), sobretudo, para jovens do sexo feminino pretas e pardas. Em relação à forte dependência do estado prévio no mercado de trabalho, cabe ressaltar que o estado na primeira entrevista influencia de forma expressiva o estado na segunda entrevista, evidenciando a dificuldade de mobilidade entre os estados. Esse fato aponta para a necessidade de políticas públicas de inserção em trabalho decente ou de criação de melhores oportunidades para os jovens no mercado de trabalho brasileiro.

Nesse contexto, destaca-se a importância do nível educacional na condição do jovem no mercado de trabalho, visto que jovens mais escolarizados apresentam maior probabilidade de estarem ocupados em um trabalho decente e menor probabilidade de estarem na inatividade, na força de trabalho potencial e na desocupação. Ademais, diante da desigualdade regional observada no mercado de trabalho juvenil, a força de trabalho potencial e a necessidade de criar empregos e empreendimentos voltados para a sustentabilidade ambiental, podem apontar para as regiões Norte e Nordeste como lugares privilegiados para as políticas públicas que buscam um desenvolvimento socioeconômico integrado à reprodução da biodiversidade brasileira.

Portanto, o entendimento das características e da dinâmica da população jovem no mercado de trabalho se mostra um fator importante para o planejamento de políticas públicas no Brasil. Os estudos demográficos têm mostrado que, diante de uma transição demográfica acelerada, compreender as dinâmicas populacionais no espaço e no tempo tem sido uma questão necessária, não somente para a compreensão da realidade via conhecimento científico, mas principalmente para as tomadas de decisões dos agentes políticos e para a formulação de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, J. E. D. Bônus demográfico no Brasil: do nascimento tardio à morte precoce pela Covid-19. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 2020.
- BARROS, R. P. de. **Consequências da violação do direito à educação**. Editora Autografia, 2021.
- CARVALHO, J. A. M. de; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.22, n.2, p.351-369, jul./dez. 2005.
- CARVALHO, J. A. M.; RODRÍGUEZ-WONG L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(3):597-605,mar,2008.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: IPEA; FBSP, 2021. Disponível em:<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>> Acesso em: 02 maio/2022.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. Custo da juventude perdida no Brasil. In: CORSEUIL, C.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014A.
- CERQUEIRA, D., MOURA, R. L. de. Demografia e homicídios no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014B.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil. **Texto para Discussão**, 2019.
- CORSEUIL, C. H. *et al.* Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de covid-19. **Nota Técnica, DISOCIPEA, n. 92**, 2021.
- CABANAS, P., KOMATSU, B. K., MENEZES-FILHO, N. O crescimento da renda dos adultos e as escolhas dos jovens entre estudo e trabalho. **Inspere Policy Paper** n.13. 2015.
- CACCIAMALI, M. A.; TATEI, F. Impacto do Desemprego e da Informalidade sobre a Empregabilidade e a Renda Futura do Jovem. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. 1ª ed. Brasília: Ipea, 2017.
- CAMARANO, A. A. (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA. 2006.
- CORSEUIL, C. H. *et al.* **Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização**. Brasília, OIT, IPEA, 2020.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**. Brasília: OIT, 2015.

CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLLAZ, M. Scarring effects of youth unemployment and informality: Evidence from Brazil. **Documento de trabajo del CEDLAS**, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de la Plata, Argentina, 2012.

DE MEDEIROS FRIAS, L. A.; DE CASTRO OLIVEIRA, J. Níveis, tendências e diferenciais de fecundidade no Brasil a partir da década de 30. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 8, n. 1/2, p. 72-111, 1991.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: Nem desconstrução, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, v.3, n.1, Belo Horizonte, 1993.

Gonçalves, G. Q., Carvalho, J. A. M. D., Wong, L. L. R., & Turra, C. M. A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX—uma perspectiva regional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 36. 2019.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

HUNEEUS, F., LANDERRETCHÉ, O., PUENTES, E., & SELMAN, J. (2015). A multidimensional employment quality index for Brazil, 2002–11. *International Labour Review*, 154(2), 195-226.

International Labour Office. (2011). Policies and regulations to combat precarious employment. ILO, 2011.

JACINTO, A. P; CAETANO, S. M. O efeito trabalhador adicional e desalento: uma análise para as regiões metropolitanas do nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 2, p. 351-364, 2011.

MATSUMOTO, Makiko; ELDER, Sara. **Characterizing the school-to-work transitions of young men and women: Evidence from the ILO school-to-work transition surveys**. International Labour Organization, 2010.

MARTINE, G. Desenvolvimento, Dinâmica Demográfica e Meio ambiente: repensando a agenda ambiental brasileira. **Documento de Trabalho nº1**: Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília, julho de 1991.

MENEZES-FILHO, N., CABANAS, P., KOMATSU, B. K. A condição “Nem-nem” entre os jovens é Permanente? **Inspere Policy Paper** n.7. 2013.

MENEZES, W. F.; DEDECCA, C. S. A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Rendimentos e principais características. *Revista Nexos Econômicos*, v. 6, n. 2, p. 11, 29 jan. 2012.

- NERI, M. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. FGV Social: Rio de Janeiro, 2021.
Disponível em: <https://cps.fgv.br/DesigualdadePandemia>
- PEREIRA, N. T. ; ORELLANA, V. S. Q. ; ARAGON, J. A. O. Determinantes da transição desemprego e emprego do jovem brasileiro. In: **Anais 47º Encontro Nacional de Economia**, 2019, São Paulo. 47º Encontro Nacional de Economia, 2019.
- REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.
- REIS, M. C. CAMARGO, J.M. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, p. 381-425, 2005
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Youth Employment in Times of COVID**. Geneva: ILO, 2021.
- Vieira, C. S., Cabanas, P., Menezes-Filho, N., & Komatsu, B. K. (2016). Como as Mudanças no trabalho e Renda dos Pais afetam as Escolhas entre Estudo e Trabalho dos Jovens?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 46(3), 33-61.